



**Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo**

**MENSAGEM DE LEI Nº.: 007/2024**

**IPAMERI, 19 DE FEVEREIRO DE 2024.**

**EXMO SR.:**

**VEREADOR GENIVALDO MOREIRA DA SILVA**

**D.D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPAMERI**

**IPAMERI – GOIÁS**

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Tenho a honra de encaminhar o Projeto de Lei, em anexo, que busca fixar o piso salarial dos profissionais da educação do Município de Ipameri e dá outras providências.

Inicialmente, deve-se esclarecer que a presente solicitação tem respaldo na Portaria nº 61, de 31 de janeiro de 2024 do Ministério da Educação. Ressalta-se que o aumento previsto é de 3,62%, e o valor mínimo definido pelo governo para 2024 foi de R\$ 4.580,57. Esse vencimento é válido para a rede pública de todo o País, com jornada de ao menos 40 horas semanais.

O reajuste anual do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica foi definido pela Lei n. 11.738/2008. Todos os anos, cabe ao MEC realizar os cálculos do índice de reajuste e publicar a portaria com os novos valores, conforme prevê a lei. A atualização do valor é calculada utilizando o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno, referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente na Lei n. 11.494/2007.

O valor do piso é definido pelo governo federal, mas, como os salários são pagos pelas redes de ensino, cada estado e município precisa oficializar o novo valor por meio de uma norma própria. Por isso, o reajuste não é automático. Os salários da educação básica são pagos pelas prefeituras e pelos estados, a partir de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) repassados pela União, além da arrecadação de impostos.

O referido projeto de Lei, encontra-se ainda em conformidade com o art. 37, inciso X da Constituição Federal, bem como com o disposto na Lei Municipal nº 2.608 de 10 de setembro de 2007.

Pelo exposto, contando com a aprovação do projeto pelos ilustres vereadores em regime de urgência, antecipo meus cumprimentos e renovo meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



**JÂNIO PACHECO**  
**Prefeito Municipal**

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº.: 14 /2024, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a fixação do piso salarial dos profissionais de educação do Município de Ipameri, Estado de Goiás e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE IPAMERI, ESTADO DE GOIÁS**, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - O piso salarial para os profissionais da educação da rede municipal de Ipameri-GO será de R\$ 4.580,57 (quatro mil quatrocentos quinhentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos) mensais, para os que cumprem carga horária de 40 (quarenta) horas.

**Parágrafo Único** - O reajuste de que trata o *caput* deste artigo é extensivo aos proventos da inatividade e às pensões.

**Art. 2º** - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo, porém, seus efeitos a partir do 1º (primeiro) dia do mês de janeiro de 2024.

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IPAMERI**, aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro do ano de 2024.

  
**JÂNIO PACHECO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**